



PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTÃOZINHO

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

001. PROVA OBJETIVA

ASSISTENTE SOCIAL

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 30 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia um trecho da entrevista com o psiquiatra Miguel Chalub, para responder às questões de números **01** a **05**.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) prevê que a depressão será a doença mais comum do mundo em 2030 – atualmente, 121 milhões de pessoas sofrem do problema.

Para o psiquiatra Miguel Chalub, há um certo exagero nessas contas. Ele defende que tanto os pacientes quanto os médicos estão confundindo tristeza com depressão. Ele afirma que os psiquiatras são os que menos receitam antidepressivos, porque estão mais preparados para reconhecer as diferenças entre a “tristeza normal e a patológica”.

ISTOÉ: Por que tantas previsões alarmantes sobre o aumento da depressão no mundo?

Miguel Chalub: Porque estão sendo computadas situações humanas de luto, de tristeza, de aborrecimento, de tédio. Não se pode mais ficar entediado, aborrecido, chateado, porque isso é imediatamente transformado em depressão. É a medicalização de uma condição humana, a tristeza. É transformar um sentimento normal, que todos nós devemos ter, dependendo das situações, numa entidade patológica.

ISTOÉ: A que se deve essa mudança?

Miguel Chalub: Primeiro, a uma busca pela felicidade. Qualquer coisa que possa atrapalhá-la tem que ser chamada de doença, porque, aí, justifica: “Eu não sou feliz porque estou doente, não porque fiz opções erradas.” Dou uma desculpa a mim mesmo. Segundo, à tendência de achar que o remédio vai corrigir qualquer distorção humana. É a busca pela pílula da felicidade. Eu não preciso mais ser infeliz.

ISTOÉ: O que diferencia a tristeza normal da patológica?

Miguel Chalub: A intensidade. A tristeza patológica é muito mais intensa. A normal é um estado de espírito. Além disso, a patológica é longa.

(Adriana Prado. https://istoe.com.br/74405_O+HOMEM+NAO+ACEITA+MAIS+FICAR+TRISTE+/ Publicado em 26.05.2010. Adaptado.)

01. De acordo com o entrevistado,

- (A) os períodos de luto ou de adversidades cotidianas justificam, acertadamente, a medicalização dessas condições humanas pelos especialistas.
- (B) as pessoas atualmente não aceitam mais se sentir infelizes, por isso têm se empenhado em fazer escolhas de vida mais sensatas.
- (C) o tratamento de indivíduos que manifestem tristeza ausente de traços patológicos deve ser feito com a prescrição regular de antidepressivos.
- (D) a depressão é um estado de espírito que, por ser vivenciado pelo indivíduo por um breve período, constitui uma distorção humana.
- (E) a medicalização da tristeza é decorrente, entre outros fatores, do anseio das pessoas por viverem permanentemente felizes.

02. Assinale a alternativa em que a frase reescrita a partir das ideias do texto mantém o sentido original.

- (A) Caso a OMS declare que a depressão será a doença mais comum em 2030, Miguel Chalub crê que há exageros, portanto, para ele, as pessoas estão confundindo tristeza e depressão.
- (B) A menos que a OMS declare que a depressão será a doença mais comum em 2030, Miguel Chalub crê que há exageros, visto que, para ele, as pessoas estão confundindo tristeza e depressão.
- (C) Embora a OMS declare que a depressão será a doença mais comum em 2030, Miguel Chalub crê que há exageros, uma vez que, para ele, as pessoas estão confundindo tristeza e depressão.
- (D) Como a OMS declarou que a depressão será a doença mais comum em 2030, Miguel Chalub crê que há exageros, mesmo que, para ele, as pessoas estejam confundindo tristeza e depressão.
- (E) Ainda que a OMS declare que a depressão será a doença mais comum em 2030, Miguel Chalub crê que há exageros, contanto que, para ele, as pessoas estejam confundindo tristeza e depressão.

03. Leia as frases.

As previsões alusivas _____ aumento da depressão são alarmantes.

Os sentimentos de tédio ou de tristeza são inadequadamente convertidos _____ estados depressivos.

Qualquer situação que possa ser um obstáculo _____ felicidade é considerada doença.

Para que haja coerência com as ideias do texto e com a regência nominal estabelecida pela norma-padrão, as lacunas das frases devem ser preenchidas, respectivamente, por:

- (A) ao ... com ... na
- (B) ao ... em ... à
- (C) do ... com ... na
- (D) com o ... em ... para
- (E) com o ... para ... à

04. O sinal indicativo de crase está empregado corretamente nas duas ocorrências na alternativa:

- (A) Muitos indivíduos são propensos à associar, inadvertidamente, tristeza à depressão.
- (B) As pessoas não querem estar à mercê do sofrimento, por isso almejam à pílula da felicidade.
- (C) À proporção que a tristeza se intensifica e se prolonga, pode-se, à primeira vista, pensar em depressão.
- (D) À rigor, os especialistas não devem receitar remédios às pessoas antes da realização de exames acurados.
- (E) Em relação à informação da OMS, conclui-se que existem 121 milhões de pessoas à serem tratadas de depressão.

05. Considerando a expressão destacada no trecho selecionado do texto, assinale a alternativa que apresenta, entre parênteses, o pronome e sua colocação aplicados em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa.
- (A) Chalub defende que tanto pacientes quanto médicos estão confundindo **tristeza...** (a estão confundindo)
 - (B) Ele afirma que os psiquiatras são os que menos recebem **antidepressivos...** (são os que menos recebem-lhes)
 - (C) ... porque estão mais preparados para reconhecer **as diferenças...** (para a reconhecer)
 - (D) ... é transformar **um sentimento normal...** (é lhe transformar)
 - (E) ... achar que o remédio vai corrigir **qualquer distorção humana...** (vai corrigir-lhe)

Leia o texto de Ruy Castro, para responder às questões de números 06 a 09.

Todos chegarão lá

O Brasil está envelhecendo. Segundo projeções oficiais, 20% da população terá mais de 60 anos em 2030.

Em números absolutos, esperam-se perto de 50 milhões de idosos em 2030 – imagine o volume de antidepressivos, estimulantes e produtos geriátricos que isso vai exigir. Não quer dizer que a maioria desses macróbios¹ seguirá o padrão dos velhos de antigamente, que, mal passados dos 60, equipados com boina, cachecol, suéter, cobertor nas pernas, eram levados para tomar sol no parquinho.

Quero crer que os velhos de 2030 se parecerão cada vez mais com meus vizinhos do Baixo Vovô, aqui no Leblon – uma rede de vôlei frequentada diariamente por sexa ou septuagenários torrados de sol, com músculos invejáveis e capazes de saques e cortadas mortíferas. A vida para eles nunca parou.

Por sorte, a aceitação do velho é agora maior do que nunca. Bem diferente de 1968 – apogeu de algo que me parecia fabricado, chamado “Poder Jovem” –, em que ser velho era quase uma ofensa. À idade da razão, que deveria ser a aspiração de todos, sobrepunha-se o que Nelson Rodrigues denunciava como “a razão da idade”: a juventude justificando todas as injustiças e ignomínias² (como as da Revolução Cultural, na China, em que velhos eram humilhados publicamente por ser velhos).

Naquela mesma época, o rock era praticado por jovens esbeltos, bonitos e de longas cabeleiras loiras, para uma plateia de rapazes e moças idem. Hoje, ele é praticado por velhos carecas, gordos e tatuados, para garotos que podiam ser seus netos. Já se pode confiar em maiores de 60 anos e, um dia, todos chegarão lá.

(Folha de S.Paulo, 04.10.2013. Adaptado)

¹ macróbios: pessoas que chegaram à idade muito avançada

² ignomínias: infâmias; desonra infligida por julgamento público

06. De acordo com o texto,
- (A) será impossível, em 2030, suprir a demanda dos idosos por antidepressivos, estimulantes e produtos geriátricos.
 - (B) os vizinhos do bairro do Leblon são idosos, ainda profissionalmente ativos, que praticam esportes com amigos e netos.
 - (C) as críticas feitas aos jovens são inaceitáveis, pois o entusiasmo da juventude justifica atitudes de toda espécie.
 - (D) os idosos do Baixo Vovô, avessos ao sedentarismo, comportam-se diferentemente dos idosos que tomavam sol nos parquinhos.
 - (E) as bandas de rock atuais optaram, irreverentemente, por substituir músicos jovens, esbeltos e bonitos por músicos idosos, gordos e tatuados.
07. Assinale a alternativa que traz a afirmação correta a respeito dos trechos do texto.
- (A) Em – que isso vai exigir (2º parágrafo) –, o pronome **isso** refere-se aos 50 milhões de idosos previstos para 2030.
 - (B) Em – a maioria desses macróbios (2º parágrafo) –, o substantivo **macróbio** evidencia o apreço do autor por termos da linguagem coloquial.
 - (C) Em – Quero crer que os velhos de 2030 (3º parágrafo) –, a expressão **quero crer** confirma a certeza do autor a respeito do comportamento dos futuros idosos.
 - (D) Em – como as da Revolução Cultural na China (4º parágrafo) –, a conjunção **como** apresenta ideia de condição.
 - (E) Em – Já se pode confiar em maiores de 60 anos. – (último parágrafo), o advérbio **já** indica delimitação espacial.
08. A alternativa correta quanto à concordância verbal encontra-se em:
- (A) Felizmente vêm se alterando as atitudes dos jovens em relação ao idoso, hoje mais aceito socialmente.
 - (B) Entre os acessórios utilizados pelos idosos que antigamente frequentava os parquinhos estão a boina e o cachecol.
 - (C) Existem, atualmente, idosos que foge ao antigo padrão de comportamento caracterizado por uma vida monótona e sem atrativos.
 - (D) Como ocorrem em outros países, a população do Brasil também está envelhecendo.
 - (E) Em números absolutos, haverão 50 milhões de idosos no Brasil que vão consumir todo tipo de produtos para essa faixa etária.

09. Assinale a alternativa redigida de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) A velhice é um período da vida para o qual todos nós, em princípio, vamos chegar.
- (B) Para os septuagenários esportistas do Leblon, cujos saques e cortadas são mortíferos, a vida nunca parou.
- (C) Nelson Rodrigues, cuja a carreira literária e jornalística é notória, criou a expressão “a razão da idade”.
- (D) Em 1968, onde o Poder Jovem chegou ao apogeu, ser velho era quase uma ofensa.
- (E) As tradicionais bandas de rock, onde o grupo de fãs é formado por moças e rapazes, continuam fazendo sucesso.

10. Leia a tirinha em que aparecem as personagens Honi e seus pais Helga e Hagar.



(Dik Browne. Folha de S.Paulo, 21.07.2013)

A reação de Honi, no primeiro quadrinho, e a atitude de Helga e de Hagar, no segundo quadrinho, sinalizam, correta e respectivamente:

- (A) desaprovação, arbitrariedade e regozijo.
- (B) irritação, sarcasmo e arrependimento.
- (C) perplexidade, ironia e resignação.
- (D) indiferença, intransigência e contestação.
- (E) incredulidade, hesitação e anuência.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11. O sistema capitalista é uma estrutura social desigual: supõe a propriedade privada dos meios de produção, a exploração de uma classe por outra, a economia de mercado, o trabalho assalariado e a expulsão dos trabalhadores excedentes às necessidades do capitalismo. A desigualdade nesse sistema não se resolve apenas com uma distribuição fracionada da riqueza ou socialização parcial dos bens produzidos, mas com

- (A) a sobreposição de forças antagônicas.
- (B) a supremacia de uma dada realidade.
- (C) a superação da ordem capitalista.
- (D) o controle de massas populares em oposição.
- (E) o alcance das políticas sociais integradas.

12. As imposições sociais, econômicas e políticas, os mecanismos institucionais e os processos relacionais podem produzir ofensas à dignidade humana e às condições de vida dos indivíduos e grupos sociais, tornando-os vulneráveis. Nessa perspectiva, a vulnerabilidade pode ser estrutural, conjuntural ou relacional e diz respeito à exposição ao risco pessoal ou social. Já pobreza e vulnerabilidade são universos cujas concepções revelam visões e abordagens diferenciadas. Sendo assim, o enfoque monetário da pobreza concentra-se nos resultados produzidos pelo sistema, enquanto que a concepção de vulnerabilidade que lida com a queda do bem estar e com os riscos orienta-se para

- (A) as situações-sociais-problema.
- (B) o método.
- (C) as relações subjetivas.
- (D) os processos.
- (E) o foco interativo.

13. “Todos e todas devem usufruir dos direitos assegurados pelo ordenamento jurídico brasileiro à proteção social não contributiva de assistência social efetiva com dignidade e respeito”. Este é o primeiro dos dez direitos socioassistenciais do Sistema Único de Assistência Social, dentre os quais também está o direito

- (A) de equidade social e de manifestação pública.
- (B) à inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral.
- (C) de buscar refúgio, auxílio e orientação.
- (D) de organização e participação em entidades sociais.
- (E) da participação social protagônica.

14. A assistência social é uma política social pública, como o são a saúde, a previdência, a educação, significando portanto, ação coletiva que tem por função concretizar direitos sociais demandados pela sociedade e previstos nas leis. Por meio das políticas públicas são formulados e desenvolvidos os programas de distribuição de bens e serviços, regulados e providos pelo Estado, com a participação e o controle da sociedade. A assistência social, como uma das políticas da Seguridade Social brasileira, compõe a rede de proteção social, juntamente com a saúde e a previdência, não estando dissociada das demais políticas socioeconômicas e muito menos agiria para desmantelá-las, como quer a ideologia liberal com a sua proposta de
- (A) inserção socioassistencial.
 - (B) ampliação dos direitos sociais.
 - (C) erradicação da vulnerabilidade.
 - (D) integração das políticas sociais.
 - (E) focalização na pobreza extrema.
15. Um modelo de proteção social não contributiva resulta não só de implantação de novos programas de governo, mas de mudanças efetivas baseadas na noção de cidadão usuário de seus direitos e na primazia da responsabilidade do Estado. A proteção social é um sistema público e as ações neste campo envolvem a política de assistência social, que tem por direção o desenvolvimento humano e social e os direitos de cidadania. Na perspectiva de constituição desse sistema público voltado para a garantia de condições dignas de vida, as relações entre os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais com outras políticas do campo social e econômico deve ser de
- (A) especificidade e aproximação.
 - (B) completude e articulação.
 - (C) reciprocidade e subordinação.
 - (D) exclusividade e contribuição.
 - (E) alteridade e sustentação.
16. A operacionalização da assistência social em rede, com base no território, constitui um dos eixos estruturantes da Política Nacional de Assistência Social. No Sistema Único da Assistência Social – SUAS, o princípio da territorialização da rede socioassistencial baseia-se na oferta capilar de serviços e na sua localização nos territórios com incidência de vulnerabilidades e riscos sociais e pessoais para a população, a partir da lógica da proximidade do cidadão. O SUAS incorpora uma noção ampliada de território, compreendido como o terreno das políticas públicas, no qual se expressam as manifestações da questão social. Trata-se de uma concepção de território que ultrapassa a dimensão geográfica, sendo entendido como resultado da interação entre os homens e
- (A) espaço da gestão setorializada.
 - (B) expressão máxima das reivindicações.
 - (C) identificação de condições reversíveis.
 - (D) locus privilegiado de superações.
 - (E) síntese das relações sociais.
17. Qualquer política que vise reforçar o papel da família na provisão social tem que considerar as novas estruturas familiares, compreendidas como síntese de múltiplas determinações sócio-históricas, econômicas e culturais. Deve considerar também os reflexos que as famílias sofrem em razão das contradições da sociedade capitalista e das imposições do neoliberalismo às políticas públicas estatais. No que se refere à intervenção profissional, é estratégico evidenciar a ideologia que fundamenta essa política, bem como as possibilidades de contribuição do grupo familiar. Nessa perspectiva, a revalorização da família na política de assistência social pode significar a
- (A) sua responsabilização pela própria proteção.
 - (B) sobreposição do público em relação ao privado.
 - (C) autonomia desse grupo frente às vulnerabilidades sociais.
 - (D) retomada dos modelos familiares progressos.
 - (E) conscientização de sua competência socioeconômica.
18. Assistência social, saúde, educação, segurança alimentar, trabalho e habitação, como políticas públicas, estão entre as áreas que precisam integrar o atendimento à população em situação de rua, juntamente com os esforços da sociedade civil. De acordo com a Política Nacional para a População em Situação de Rua (Decreto nº 7053/2009 – art. 8º), o padrão básico de qualidade, segurança e conforto da rede de acolhimento temporário deverá observar limite de capacidade, regras de funcionamento e convivência, acessibilidade, salubridade e distribuição geográfica das unidades de acolhimento, respeitado o direito de permanência da população em situação de rua, preferencialmente
- (A) em moradias seletivas.
 - (B) próximos à terminais urbanos e intermunicipais.
 - (C) nas cidades ou nos centros urbanos.
 - (D) distantes de centros comerciais.
 - (E) em áreas rurais.
19. A violência sexual contra crianças e adolescentes envolve relações complexas de poder, evidenciando a dominação econômica, política, cultural e simbólica do adulto sobre essas pessoas. Pesquisas indicam trata-se de uma violência multifacetada, global e interconectada, que ocorre no espaço doméstico, institucional e até virtual. Desde 2013, o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes destaca alguns atores específicos que têm a atribuição institucional de fiscalizar, investigar e responsabilizar a violência sexual contra essas pessoas. O Plano reconhece também a importância da prevenção, definindo como objetivo: assegurar ações contra o abuso e/ou exploração sexual de crianças e adolescentes, fundamentalmente pela educação,
- (A) identificação e repressão.
 - (B) sensibilização e autodefesa.
 - (C) assistência e acolhimento institucional.
 - (D) averiguação e destituição do poder familiar.
 - (E) tratamento e superação.

- 20.** Previstos desde 1993 pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), os benefícios eventuais constituem um direito social legalmente assegurado aos cidadãos brasileiros no âmbito da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). As concessões do auxílio-natalidade e auxílio-funeral foram transferidas da previdência para a assistência social, permanecendo esquecidos por mais de uma década. Somente a Renda Mensal Vitalícia, que ficou sob responsabilidade da União, conseguiu, a partir de 1996, ser regulamentada, passando porém a prestar atenção similar por meio
- (A) da Renda Suplementar Permanente.
 - (B) do Programa Bolsa Família.
 - (C) da Renda Mínima de Cidadania.
 - (D) do Benefício de Prestação Continuada.
 - (E) do Programa Primeiro Emprego.
- 21.** A Lei nº 8.662, de 7 de junho 1993, dispõe sobre a profissão de assistente social e define como livre o exercício da profissão em todo o território nacional, observadas as condições nela estabelecidas. Como atribuição privativa do assistente social, a referida Lei estabelece em seu art. 5º (VI):
- (A) treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social.
 - (B) planejamento, organização e execução de benefícios e serviços sociais.
 - (C) orientação social a indivíduos, grupos e à população em geral.
 - (D) assessoria e apoio aos movimentos sociais e da categoria profissional.
 - (E) monitoramento de situações demandantes de benefícios.
- 22.** Conforme Resolução CFESS nº 493/2006, o assistente social deve informar por escrito ao CRESS (Conselho Regional de Serviço Social) do âmbito de sua jurisdição, as situações de inadequação das condições éticas, físicas e técnicas do exercício profissional. Antes porém, o assistente social deve cumprir exigências previstas na referida Resolução, sob pena de notificação e de apuração de sua responsabilidade ética. O procedimento a ser adotado, conforme determina o art. 7º da citada Resolução, é o de informar por escrito à entidade, instituição ou órgão que trabalha ou presta serviços, sob qualquer modalidade, acerca das inadequações constatadas,
- (A) resguardando-se por meio do depoimento de testemunhas.
 - (B) sugerindo alternativas para melhoria dos serviços prestados.
 - (C) propondo suspensão temporária de suas atividades.
 - (D) divulgando a comunicação entre os usuários de seus serviços.
 - (E) interditando imediatamente o espaço de atendimento.
- 23.** Dentre as alterações da Lei nº 12.435/2012 em relação à Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742/1993) está a de instituição de Programas que passaram a compor o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Um dos serviços que integra a proteção social básica consistindo na oferta de ações e serviços socioassistenciais de prestação continuada nos CRAS (Centros de Referência de Assistência Social), por meio do trabalho social com famílias em situação de vulnerabilidade social, é o
- (A) Serviço de Prevenção à Vulnerabilidade e Risco social e pessoal.
 - (B) Serviço de Convívio e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).
 - (C) Serviço de Acolhimento Institucional.
 - (D) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).
 - (E) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias.
- 24.** No ano de 2005 a Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social (NOB-SUAS) disciplinou a gestão pública da Política Nacional de Assistência Social no território brasileiro. A nova NOB-SUAS de 2012, entre outros avanços, definiu o Pacto de Aprimoramento do SUAS, instrumento pelo qual se materializam as metas e as prioridades nacionais no âmbito do SUAS. O acompanhamento do Pacto prevê a adoção do Plano de Providências, a ser elaborado pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, constituindo-se em instrumento de planejamento das ações para a superação de dificuldades dos entes federados. Decorrente deste, conforme estabelece o art. 41 (§ 1º) da NOB-SUAS 2012, definiu-se outro instrumento de planejamento do assessoramento técnico e, quando for o caso, financeiro, que é o
- (A) Relatório de Monitoramento.
 - (B) Programa de Manutenção.
 - (C) Plano de Apoio.
 - (D) Planilha Técnica/Financeira.
 - (E) Projeto de Alinhamento.
- 25.** A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais estabeleceu os conteúdos essenciais, o público a ser atendido, os propósitos e os resultados esperados de cada serviço das proteções básica e especial, possibilitando a sua padronização em todo território nacional. Voltado para famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados, o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) deve ser ofertado, obrigatoriamente, no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). De acordo com a normativa da tipificação, também pode ser desenvolvido no CREAS ou em unidade específica referenciada ao CREAS o Serviço
- (A) de Atenção Especializada a Mulheres vítimas de violência.
 - (B) de Acolhimento em Família Acolhedora.
 - (C) Especializado em Abordagem Social.
 - (D) Especializado para Pessoas em Situação de Rua.
 - (E) de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências.

26. O Estatuto da Criança e do Adolescente representou uma mudança paradigmática no que se refere ao Direito Juvenil e o ingresso das crianças e adolescentes no Estado Democrático de Direito, em igualdade com o cidadão adulto, ressalvadas as peculiaridades de sua idade e capacidade. O ECA reconhece a existência desse novo sujeito político e social, detentor de atenção prioritária, independente de sua condição social ou econômica, etnia, religião e cultura, legitimando a Doutrina
- (A) de Proteção Integral.
 - (B) Restaurativa.
 - (C) de Participação Social.
 - (D) Construtivista.
 - (E) da Situação Regular.
27. O Estatuto do Idoso define, entre as linhas de ação da política de atendimento, os serviços especiais de prevenção e atendimento às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão. O Estatuto considera violência contra o idoso qualquer ação ou omissão praticada em local público ou privado que lhe cause morte, dano ou sofrimento físico ou psicológico. De acordo com o art. 19 da referida Lei, nos casos de suspeita ou confirmação de violência praticada contra idosos, impõe-se aos serviços de saúde públicos e privados a obrigatoriedade de comunicação do fato. Especificamente, em se tratando da autoridade sanitária, a comunicação deve ser efetuada por meio
- (A) do disque 100.
 - (B) de relatório médico.
 - (C) de prova testemunhal.
 - (D) de denúncia formal.
 - (E) da notificação compulsória.
28. O reconhecimento de que a convivência familiar e comunitária é fundamental para o desenvolvimento da criança e do adolescente está presente na Constituição Federal, no ECA e em outras legislações nacionais e internacionais. O Plano Nacional de promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária destaca o rigor na aplicação de medida de proteção que indique o afastamento da criança e do adolescente de seu contexto familiar. Em consonância com a legislação em vigor, o referido Plano estabelece dentre suas diretrizes que o afastamento da família de origem deve ser medida
- (A) paliativa, ocasional.
 - (B) rara, excepcional.
 - (C) necessária, exclusiva.
 - (D) ordinária, estável.
 - (E) flexível, cumulativa.
29. É correto afirmar que inimizabilidade não implica impunidade; o ECA estabelece medidas de responsabilização compatíveis com a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento ao adolescente autor de ato infracional. As medidas socioeducativas previstas pelo Estatuto constituem procedimento especial, de caráter sancionatório, com finalidade pedagógico-educativa. O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) ao regulamentar tais medidas, estabelece princípios, regras e critérios que envolvem a sua execução, bem como os planos, programas, avaliação e acompanhamento do atendimento socioeducativo. De acordo com o art. 35 (VII) da Lei nº 12.594/2012, um dos princípios da execução das medidas socioeducativas é
- (A) legalidade, podendo o adolescente receber tratamento mais gravoso do que o conferido ao adulto.
 - (B) regularidade da intervenção judicial, favorecendo-se meios para a mediação de conflitos.
 - (C) atenção a práticas que obrigatoriamente atendam às demandas do adolescente.
 - (D) padronização, considerando-se a função exemplar em vista da prevenção à reincidência do ato.
 - (E) mínima intervenção, restrita ao necessário para a realização dos objetivos da medida.
30. O assistente social, em qualquer manifestação técnica sobre matéria de Serviço Social, deve atuar com ampla autonomia, respeitadas as normas legais, técnicas e éticas de sua profissão. A Resolução CFESS nº 557/2009 (art. 4º – § 1º) define que ao manifestar-se sobre objeto de intervenção técnica conjunta com outra categoria profissional e/ou equipe multiprofissional, o assistente social deve delimitar o âmbito de sua atuação, seu objeto, instrumentos utilizados, análise social e outros componentes que devem estar contemplados na opinião técnica,
- (A) compartilhando informações de forma irrestrita.
 - (B) complementando os conteúdos do outro profissional.
 - (C) elaborando relatório específico e sigiloso.
 - (D) destacando a sua área de conhecimento separadamente.
 - (E) aderindo ao consenso dos profissionais envolvidos.

